

Cármén Lúcia quer diminuir as resoluções do CNJ de 258 para 25

As resoluções do Conselho Nacional de Justiça devem cair de 258 normas para 25, concluiu o grupo de trabalho da entidade formado para analisar o tema. A conclusão foi anunciada pela presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Cármén Lúcia, que se reuniu na segunda-feira (14/11) com presidentes dos tribunais de Justiça dos estados.

Além das resoluções, também foi debatida a judicialização da saúde, concursos públicos para juízes, priorização da primeira instância do Judiciário, segurança dos magistrados e melhoria na gestão dos processos. Foi o terceiro encontro de Cármén com os presidentes dos TJs desde que assumiu as presidências do STF e do CNJ.

A presidente do STF disse que foi assinado um convênio com o Hospital Sírio-Libanês para que sejam disponibilizados na internet dados sobre remédios e tratamentos, o que auxiliará os juízes em casos que discutam esses assuntos. A previsão é que a plataforma esteja disponível até o final do ano. Ela informou também que os governadores se comprometeram a ceder de um a dois médicos aos tribunais estaduais para subsidiar os magistrados nos processos que envolvam saúde.

Integridade dos juízes

Outro tema abordado foi a segurança dos magistrados. A presidente do STF disse que é preciso traçar políticas institucionais a fim de dar tranquilidade aos juízes para eles julgarem. Segundo ela, há uma carência nas condições de trabalho de alguns magistrados, especialmente os das varas criminais.

A ministra Cármén Lúcia relatou haver encarregado o Núcleo de Suporte Logístico e Segurança do CNJ de levantar o que todos os 1.396 juízes criminais do país precisam em termos de segurança física. “Os juízes têm que ter tranquilidade para julgar”, afirmou a ministra.

A ministra afirmou aos presidentes dos TJs que, ainda esta semana, enviará a todos um conjunto de informações sobre os projetos de lei envolvendo a magistratura que estejam em tramitação no Congresso Nacional para que eles se manifestem. A ministra se comprometeu a encaminhar aos parlamentares um documento com as sugestões recebidas. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Date Created

15/11/2016